

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	24
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	26
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	27
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	32
10.8 - Plano de Negócios	33
10.9 - Outros fatores com influência relevante	34

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

risco de crédito;
risco de liquidez; e
risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

Risco de Crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios. A taxa de inadimplência de nossos clientes era de 1% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com nossas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possamos cumprir com nossas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surjam.

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor de nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio. A maior parte de nossas atividades está sujeita a riscos de mercado. Estamos expostos ao risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas internamente por nós e as taxas de juros de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013, de nosso endividamento total, aproximadamente 75% dos empréstimos e financiamentos eram em reais, sujeitos à flutuação de taxas como a TR, CDI TJLP e taxas acordadas com os agentes financeiros que representou em 31 de dezembro de 2013 R\$ 3,9 milhões de despesas financeiras ou 2,2% da nossa Receita Operacional Líquida- ROL. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2013, nossas operações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

cambiais de ACC, ACE e empréstimos em Dólar ou atrelado à variação do Dólar ou outra moeda, representavam em curto e longo prazos, é equivalente a R\$ 10,6 milhões, que resultou para 31 de dezembro de 2013 em R\$ 1,4 milhões de despesas financeiras ou 0,8%, da nossa Receita Operacional Líquida- ROL.

A receita líquida de vendas da Companhia proveniente do mercado externo representou aproximadamente 39% em 2013. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação.

O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia.

Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem:

- a) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera;
- b) controles cambiais;
- c) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica, em particular de mercados emergentes;
- d) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias;
- e) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos;
- f) alíquotas de tributos;
- g) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária;
- h) custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado.

A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la já causaram efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia opera no mercado financeiro de modo conservador, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência. Buscamos proteção contra riscos de crédito, riscos de taxa de juros, riscos de preço e riscos de taxa de câmbio.

As vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem cláusulas restritivas (*covenants*).

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo a administração desses instrumentos efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os instrumentos utilizados são conservadores e regularmente monitorados. A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou sensivelmente superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento). Todas as operações são controladas pela Gerência Financeira da Companhia e informadas a Diretoria Executiva. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Em linhas gerais, os riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados, todas as operações são controladas pela gerencia financeira da Companhia e aprovadas pela Diretoria.

Tais operações, quando solicitadas, são fornecidas e verificadas pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia mantém monitoramento periódico sobre os instrumentos e índices financeiros, por meio de controles internos, fiscalizados pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal instalado.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem clausulas restritivas (*covenants*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação ao último exercício social, indicar alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos que adotamos

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**5.4. Outras informações que julgamos relevantes**

Além dos riscos acima referidos, também julgamos relevantes os seguintes fatores macroeconômicos:

O Governo Federal do Brasil frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia.

As medidas para controlar a inflação e influenciar na economia, como o pacote “Brasil Maior”, podem influenciar positivamente ou negativamente nosso negócio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de médio a longo prazo. O atual capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

Índices	2011	2012	2013
Liquidez corrente	1,44	1,63	1,80
Liquidez geral	0,44	0,47	0,50
Endividamento	229,31	203,2%	179,7%
Retorno sobre o Ativo	3,3%	3,0%	3,4%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	15,7%	12,2%	13,4%

Em 31 de dezembro de 2013, o Ativo Circulante era de R\$ 87,9 milhões, e superava o Passivo Circulante de R\$ 48,7 milhões em um montante de R\$ 39,2 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,80. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o índice de liquidez corrente era, respectivamente, de 1,63 e 1,44.

O índice de endividamento total de 2013 era de 179,7% (passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido). Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o índice de endividamento total era, respectivamente, de 203,2% e 229,31%. A gradativa redução do índice de endividamento total deve-se principalmente ao aumento de caixa e equivalentes de caixa, e aumento de clientes, todos decorrentes das atividades operacionais. Nesses períodos a Companhia tem apresentado sensível redução nos empréstimos de curto e longo prazo.

A Companhia tem mantido os níveis de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido. No exercício encerrado em 2013, o retorno foi de 14,6% sobre o Patrimônio Líquido (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido do ano anterior) e 3,4% sobre o Ativo (lucro líquido dividido pelo ativo total). No exercício encerrado em 2012, o retorno foi de 13,9% sobre o Patrimônio Líquido e 3,0% sobre o Ativo. No exercício encerrado em 2011, o retorno foi de 18,6% sobre o Patrimônio Líquido e 3,3% sobre o Ativo. O nível de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido é decorrente do modelo de negócios que a Companhia é atrelada. Levando em consideração uma média alavancagem operacional e com alta necessidade de investimentos em ativos comparados com outras empresas do setor.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de Capital - R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de:					
	2011		2012		2013	
Capital de terceiros - circulante	51,1	21,5%	50,60	19,9%	48,7	18,6%
Capital de terceiros - não circulante	131,4	55,2%	140,40	55,2%	144,4	55,1%
Capital próprio - patrimônio líquido	55,4	23,3%	63,20	24,9%	69,0	26,3%
Total	237,9	100,0%	254,20	100,0%	262,0	100,0%

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos deve-se:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos e gastos gerais;
- (ii) cronograma de pagamentos dos investimentos;
- (iii) impostos sob a receita, relacionados as atividades operacionais tais como: ICMS, PIS/COFINS e IPI, bem como IR e CS sob Lucro, e Encargos e contribuições sob mão de obra direta e indireta.

A principal fonte de recurso é o caixa, ou equivalente de caixa, gerado por meio das atividades operacionais e/ou empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados por captações serão suficientes para as necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, foi de R\$ 26,7 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 5,6 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 21,0% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 25,6 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 5,5 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 21,5% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 29,0 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 4,5 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 15,5% da geração de caixa da Companhia.

Estrutura do EBITDA - R\$ milhões

	2011		2012		2013	
Lucro antes do resultado financeiro	18.150	10,5%	17.504	9,5%	19.135	10,7%
Depreciação	8.532	4,9%	9.397	5,1%	9.885	5,5%
EBITDA	26.682	15,5%	25.582	13,9%	29.020	16,1%

Representação do % em relação ao ROL.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Também foram utilizadas as linhas de capital de giro dos bancos privados como alternativas de financiamento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo contamos com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2014 serão: a retenção de lucros do exercício de 2013, conforme descrito no orçamento de capital para o exercício e a destinação do lucro do exercício de 2013, bem como as disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico e plano diretor, investimentos relevantes para expansão, havendo necessidade de capital de giro de terceiros para tal finalidade.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**(i) contratos de empréstimo e financiamento;**

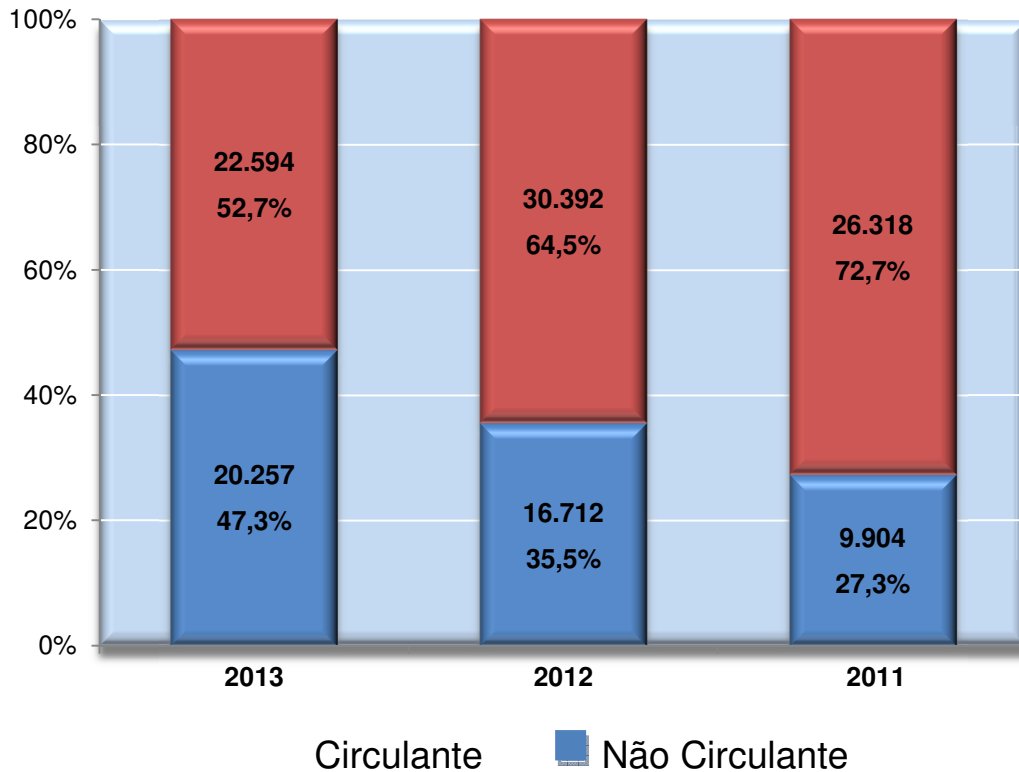
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 36,2 milhões, sendo que R\$ 26,3 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 9,9 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 47,1 milhões, sendo que R\$ 30,4 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 16,7 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 42,8 milhões, sendo que R\$ 22,5 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 20,3 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

A tabela da próxima página apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de:

Financiamentos e empréstimos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Vencimento dos financiamentos e empréstimos:**

	31/12/11		31/12/12		31/12/13	
2012	26.318	72,7%	-	-		
2013	8.955	24,7%	30.392	64,5%		
2014	909	2,5%	10.059	21,4%	22.594	52,7%
2015	40	0,1%	4.605	9,8%	15.125	35,3%
2016	-	-	862	1,8%	3.782	8,8%
2017	-	-	825	1,7%	889	2,1%
2018	-	-	361	0,8%	436	1,0%
2019	-	-	-	-	25	0,1%
TOTAL	36.222	100,0%	47.104	100,0%	42.851	100,0%
% do Passivo + PL		15,2%		18,5%		16,4%

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP os empréstimos bancários da Companhia de 2013, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, estão garantidos com máquinas e equipamentos e avais. A Companhia manteve com a Companhia Werner S/A e celebrou com a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças. Em 31 de dezembro de 2013, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 32,2 milhões. Para o ano de 2013, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 516 (R\$ 784 em 31 de dezembro de 2012), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e públicas;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas.

(iii) parcelamentos de longo prazo - REFIS;

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2011	
Circulante	2.298	2,3%	2.279	2,2%	2.616	2,6%
Não Circulante	98.554	97,7%	99.443	97,8%	99.155	97,4%
	100.852	100,0%	101.722	100,0%	101.771	100,0%
% do Passivo + PL		42,4%		40,0%		38,8%

Amparada na Lei nº. 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, com base na Medida Provisória nº. 2.004-5/2000, de 11 de fevereiro de 2000, convertida na mencionada Lei, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até o fim do ano de 2063.

Em garantia do REFIS FEDERAL foram arrolados e penhorados os bens do ativo imobilizado.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, também à disposições estatutárias regulando a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 do formulário de referencia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Demonstração dos resultados – em Milhares de Reais**

	2013		2012		2011	
	AV		AV		AV	
Receita Operacional Líquida	180.363	100%	183.783	100%	172.191	100%
Custo dos Produtos Vendidos	(133.011)	73,7%	(134.236)	73,0%	(126.226)	73,3%
Lucro Bruto	47.352	26,3%	49.547	27,0%	45.965	26,7%
Outras Receitas Operacionais						
Outras Receitas Operacionais	2.980	1,7%	2.405	1,3%	1.155	0,7%
Despesas Operacionais						

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas com vendas	(12.125)	6,7%	(11.466)	6,3%	(11.143)	6,5%
Despesas gerais e administrativas	(13.110)	7,3%	(13.897)	7,6%	(11.955)	6,9%
Remuneração dos administradores	(4.484)	2,5%	(4.482)	2,4%	(4.027)	2,4%
Outras Despesas Operacionais	(1.478)	0,7%	(4.603)	2,5%	(1.845)	1,1%
Despesas operacionais líquidas	(28.217)	15,5%	(32.043)	17,5%	(27.815)	16,9%
Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras	19.135	10,6%	17.504	9,5%	18.150	10,5%
Despesas financeiras	(10.616)	5,9%	(8.683)	4,7%	(9.589)	5,5%
Receitas financeiras	6.065	3,3%	3.096	1,7%	3.953	2,3%
Resultado Financeiro	(4.551)	2,5%	(5.587)	3,0%	(5.636)	3,2%
Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	14.584	8,1%	11.917	6,5%	12.514	7,3%
Provisões IRPJ e CSLL	(4.344)	2,4%	(3.956)	2,2%	(3.816)	2,2%
Resultado antes das participações	10.240	5,7%	7.961	4,3%	8.698	5,1%
Participação dos administradores	(1.024)	0,6%	(257)	0,1%	-	-
Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.216	5,1%	7.704	4,2%	8.698	5,1%
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	4,10		3,42		3,87	

Análise das principais contas do resultado – 2013 x 2012**Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida foi de R\$ 180,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparada a R\$ 183,8 milhões no mesmo período em 2012. Um decréscimo de 1,9% ou R\$ 3,4 milhões.

No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2013, 61,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 65,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 133,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 134,2 milhões no mesmo período em 2012 representando um decréscimo de 0,9% ou R\$ 1,2 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 73,7% e 73,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 respectivamente.

A tendência de redução do CPV são reflexos, principalmente dos trabalhos efetivos de planos de ação na redução custos nos processos produtivos e também em função mix produzido.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 12,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando comparado aos gastos de R\$ 11,5 milhões no mesmo período em 2012 representando um incremento de 5,7%, ou R\$ 600 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um incremento na ordem de 0,4 pontos percentuais de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2013 e 2012.

As despesas gerais e administrativas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 13,1 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 contra R\$ 13,9 milhões no mesmo período em 2012, o que significou uma redução de 5,8% ou R\$ 785 mil. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas diminuíram na ordem de 0,30 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 em comparação ao mesmo período em 2012.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 10,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparados a R\$ 8,7 milhões no mesmo período em 2012 representando um aumento de 22,3%, ou R\$ 1,9 milhões. Este aumento é decorrente das variações cambiais ajustadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem e R\$ 6,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, contra R\$ 3,1 milhões no mesmo período em 2012 representando um aumento de 95,9% ou R\$ 3,0 milhões. Este aumento é decorrente das variações cambiais ajustadas.

Análise das principais contas do resultado – 2012 x 2011

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 183,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparada a R\$ 172,2 milhões no mesmo período em 2011. Um incremento de 6,7% ou R\$ 11,6 milhões.

No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2012, 65,9% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 67,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 134,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 126,2 milhões no mesmo período em 2011 representando um incremento de 6,3% ou R\$ 8,0 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 73,0% e 73,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 respectivamente.

A tendência de redução do CPV são reflexos, principalmente dos trabalhos efetivos de planos de ação na redução custos nos processos produtivos e também em função mix produzido.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, quando comparado aos gastos de R\$ 11,1 milhões no mesmo período em 2011 representando um incremento de 2,9%, ou R\$ 323 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um decréscimo na ordem de 0,2 pontos percentuais de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2012 e 2011.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 13,9 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$ 11,9 milhões no mesmo período em 2011, o que significou um aumento de 16,2%. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas aumentaram na ordem de 0,7 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 em comparação ao mesmo período em 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**As despesas financeiras**

As despesas financeiras foram de R\$ 8,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparados a R\$ 9,6 milhões no mesmo período em 2011 representando uma diminuição de 9,4%, ou R\$ 857 mil.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, contra R\$ 3,9 milhões no mesmo período em 2011 representando uma diminuição de 21,7% ou R\$ 800 mil.

Balanço Patrimonial – em Milhares de Reais

Ativo	31/12/13	AV	31/12/12	AV	31/12/11	AV
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	8.056	3,1%	7.714	3,0%	12.942	5,4%
Contas a receber	47.855	18,3%	35.612	14,0%	28.842	12,1%
Estoques	22.370	8,5%	24.298	9,6%	20.736	8,7%
Impostos a recuperar	7.663	2,9%	9.635	3,8%	7.005	2,9%
Outras contas a receber	1.670	0,7%	3.348	1,3%	2.512	1,1%
Despesas antecipadas	332	0,1%	267	0,1%	161	0,1%
Total do ativo circulante	87.946	33,6%	80.874	31,8%	72.198	30,3%
Não circulante						
Ativo Atuarial	1.371	0,5%	1.091	0,4%	1.420	0,6%
Depósitos judiciais	838	0,3%	671	0,3%	261	0,1%
Outros créditos	1.650	0,6%	2.975	1,2%	2.432	1,0%
Imobilizado	169.467	64,7%	167.964	66,1%	161.175	67,7%
Intangível	750	0,3%	615	0,2%	523	0,3%
Total do ativo não circulante	174.076	66,4%	173.316	68,2%	165.811	69,7%
Total do ativo	262.022	100%	254.190	100%	238.009	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo	31/12/13	AV	31/12/12	AV	31/12/11	AV
Circulante						
Empréstimos	22.594	8,6%	30.392	12,0%	26.318	11,1%
Fornecedores	6.543	2,5%	5.814	2,3%	7.985	3,3%
Programa de recuperação fiscal REFIS	2.616	1,0%	2.279	0,9%	2.298	1,0%
Impostos e contribuições	2.116	0,8%	1.325	0,5%	1.752	0,7%
Incentivo Fiscal – PRODEC	412	0,2%	170	0,1%	2.878	1,2%
Arrendamento mercantil – leasing	34	0,0%	276	0,1%	727	0,3%
Adiantamentos de clientes	2.436	0,9%	2.617	1,0%	2.260	0,9%
Provisão para férias e encargos	5.805	2,2%	5.196	2,0%	4.667	2,0%
Dividendos e JSCP	2.718	1,0%	-	-	-	-
Outras contas	3.382	1,4%	2.581	1,0%	2.283	1,0%
Total do passivo circulante	48.656	18,6%	50.650	19,9%	51.168	21,5%

Não circulante						
Programa de recuperação fiscal REFIS	99.155	37,8%	99.443	39,1%	98.554	41,4%
IR e CS diferidos	20.944	8,0%	21.233	8,4%	20.753	8,7%
Impostos e contribuições	77	0,1%	110	0,0%	243	0,1%
Arrendamento mercantil – leasing	56	0,0%	-	-	270	0,1%
Incentivo Fiscal - PRODEC	720	0,3%	681	0,3%	544	0,2%
Empréstimos	20.257	7,7%	16.712	6,6%	9.904	4,2%
Provisão para contingência	1.752	0,7%	1.054	0,4%	738	0,3%
Passivo Atuarial	1.385	0,5%	864	0,3%	395	0,2%
Outras contas	-	-	299	0,1%	-	-
Total do passivo não circulante	144.346	55,1%	140.396	55,2%	131.401	55,2%

Patrimônio líquido						
Capital Social	8.594	3,3%	8.594	3,4%	8.594	3,6%
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(7.287)	-3,0%
Reserva legal	577	0,2%	116	0,0%	-	-
Reserva de lucros	1.648	0,6%	-	-	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucros a destinar	8.483	3,2%	2.196	0,9%	-	-
Outros resultados abrangentes	49.718	19,0%	52.238	20,5%	54.133	22,7%
Total do patrimônio líquido	69.020	26,3%	63.144	24,8%	55.440	23,3%
Total do passivo	262.022	100%	254.190	100%	238.009	100%

Análise das principais contas do balanço patrimonial**Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/13	AV	31/12/12	AV	31/12/11	AV
Caixa e Contas Movimento	871	10,8%	917	11,9%	314	2,4%
CBDs	-	-	345	4,5%	7	0,1%
Renda Fixa	7.185	89,2%	6.452	83,6%	12.621	97,5%
TOTAL	8.056	100%	7.714	100%	12.942	100%
% Representação no Ativo Circulante	9,2%		9,5%		17,9%	

Em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento de 102% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

Contas a receber de clientes

	31/12/13	AV	31/12/12	AV	31/12/11	AV
Mercado Interno	20.580	43,0%	14.180	39,8%	11.102	38,4%
Mercado Externo	28.378	59,3%	21.927	61,6%	18.243	63,3%
(-) Ajuste a valor presente	(244)	-0,5%	(266)	-0,7%	(320)	-1,1%
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(859)	-1,8%	(229)	-0,7%	(183)	-0,6%
TOTAL	47.855	100%	35.612	100%	28.842	100%
% Representação no Ativo Circulante	54,4%		44,0%		39,9%	

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	(229)	(183)	(454)
Adições	(630)	(46)	-
Recuperações/realizações	-	-	271
Saldo no final do exercício	(859)	(229)	(183)

Estoques

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/13	AV	31/12/12	AV	31/12/11	AV
Produtos Acabados	2.310	10,3%	3.663	15,1%	1.889	9,1%
Produtos em Elaboração	14.721	65,8%	14.880	61,3%	13.177	63,5%
Matéria Prima	1.406	6,3%	1.501	6,2%	1.430	6,9%
Materiais Auxiliares	2.552	11,4%	2.462	10,1%	2.437	11,8%
Outros Materiais	2.190	9,8%	1.515	6,2%	1.440	6,9%
Mercadorias em Consignação	241	1,1%	277	1,1%	363	1,8%
Provisão para Perda no Estoque	(1.050)	-4,7%	-		-	
TOTAL	22.370	100%	24.298	100%	20.736	100%
% Representação no Ativo Circulante		25,4%		30,0%		28,7%

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Para os exercícios findos 2012 e 2011 não foi necessária a constituição de nenhuma provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação. Para 2013 a Companhia registra R\$ 1.050 mil de provisões de perda nos estoques por entende não ser mais negociáveis.

Impostos a recuperar

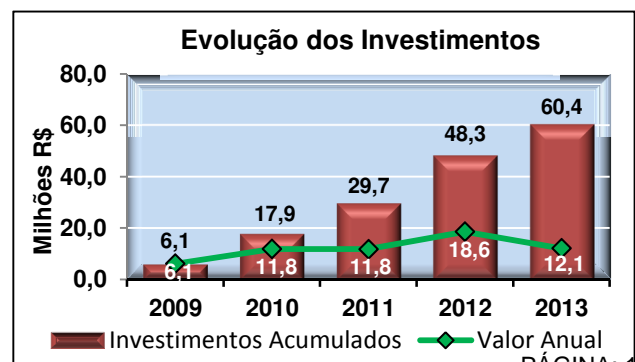
	31/12/11	AV	31/12/12	AV	31/12/13	AV
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS	7.595	80,5%	8.624	71,8%	6.391	70,9%
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	1.842	19,5%	3.388	28,2%	2.626	29,1%
	9.437	100%	12.012	100%	9.016	100%
Circulante	7.005	74,2%	9.635	80,2%	7.663	85,0%
Não Circulante	2.432	25,8%	2.377	19,8%	1.353	15,0%

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

Ativo Imobilizado**Valores Residual Líquido:**

	Terrenos e Edificações	Máquinas, Equipamentos Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Em 31/Dezembro/2011	87.937	58.116	1.434	11.679	1.556	453	161.175
Em 31/Dezembro/2012	93.848	67.120	1.315	3.590	1.373	718	167.964
Em 31/Dezembro/2013	95.423	65.824	1.280	5.874	96	970	169.467

As aquisições de máquinas, equipamentos e instalações para expansão da capacidade de produção, alavancam a produtividade através dos investimentos direcionados que totalizaram R\$ 12,1 milhões em 2013, representando 6,7% da ROL. Já para os anos de 2011 e 2012 a Companhia registra aquisições de R\$ 11,8 e R\$ 18,6 milhões respectivamente.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os investimentos de maior relevância para os últimos três anos, foram :

- i) Aquisição e instalação de cinco centro de usinagem que estão operando em regime pleno;
- ii) Finalização das instalações do sistema de exaustão pó de ferro;
- iii) Melhorais nas instalações do sistema de moldagem fast lop;
- iv) Adequações para NR 12 e melhorias no sistema de para-raios e hidrantes;
- v) Aquisição de mais matrícula/terreno situado no município de Barra Velha;
- vi) Instalações para melhorar o layout e ainda outros investimentos de menor vulto, todos direcionados ao melhor atendimento de nossos clientes.

i) **Valores oferecidos em garantia** - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.

ii) **Valores segurados** – os Ativos Imobilizados estão segurados contra: incêndio, danos elétricos e explosão, e vendáveis, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado esta descrito na nota explicativa específica nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DPF.

iii) **Custo atribuído** – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;
- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

Ativo Intangível:

Valores Residual Líquido:

Em 31/Dezembro/2011	523
Em 31/Dezembro/2012	615
Em 31/Dezembro/2013	750

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Vida Útil Anterior		Vida Útil Atual			
Classe de Intangível	3 a 5 anos		5 anos			
Software						
Outras Receitas Operacionais						
	31/12/11		31/12/12		31/12/13	
Outras receitas						
Reversão de Multas e Juros	345	29,9%	-	-	-	-
Despesas Recuperadas	637	55,1%	412	17,1%	102	3,4%
Outras Receitas	173	15,0%	1.993	82,9%	2.878	96,6%
	1.155	100,0%	2.405	100,0%	2.980	100,0%
Outras despesas						
Perdas Operações M.Externo	(483)	26,2%	(197)	4,3%	(333)	27,9%
Outras Despesas	(1.362)	73,8%	(4.406)	95,7%	(860)	72,1%
	(1.845)	100,0%	(4.603)	100,0%	(1.193)	100,0%
Receitas (Despesas) Operacionais	(690)		(2.198)		(1.787)	

Informações gerais**a) Contingências**

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e judiciais de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/11		31/12/12		31/12/13	
Trabalhistas	378	51,2%	694	65,8%	1.392	79,5%
Tributárias	360	48,8%	360	34,2%	360	20,5%
	738	100%	1.054	100%	1.752	100%
% do Passivo + PL	0,3%		0,4%		0,7%	
Circulante	-		-		-	
Não Circulante	738		1.054		1.752	

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 1.392 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 694 mil em 31 de dezembro de 2012) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de R\$ 608 mil, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de êxito da Companhia nestes processos será possível ou provável.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c) Depósitos Judiciais**

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/11		31/12/12		31/12/13	
Ações trabalhistas	261	100%	278	41,4%	180	21,5%
Ações Sebrae/Aux.Doença	-	-	393	58,6%	658	78,5%
	261	100%	671	100%	838	100%
% do Passivo + PL	0,1%		0,3%		0,3%	

c) Atuarial

Conforme citado na Nota Explicativa 2 – item 2.14 das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP de 2013, a revisão do Plano de Benefício de Assistência Médica Pós-Emprego é realizado por consultoria atuarial independente, a qual destaca as seguintes premissas como conclusão para a provisão de R\$ 1.385 mil:

De acordo com o item 96 da Deliberação CVM 600 de 2009 “Ao mensurar o seu passivo de benefício definido de acordo com o item 54, a entidade deve, sujeito ao disposto no item 58A, reconhecer o custo do serviço passado como despesa linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos.” No caso em que os benefícios já forem imediatamente adquiridos no momento de introdução de um plano de benefício definido ou de alterações no plano de benefício definido já existente, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado imediatamente.

Seguindo ainda o item 99 da Deliberação CVM 600/2009 “A entidade estabelece o plano de amortizações relativo ao custo do serviço passado quando os benefícios são introduzidos ou alterados.” Seria impraticável manter os registros detalhados necessários para identificar e implementar alterações subsequentes nesse plano de amortização. Além disso, só é provável que o efeito seja material quando houver uma redução ou uma liquidação. Portanto, a entidade só altera o plano de amortização relativo ao custo do serviço passado se houver uma redução ou uma liquidação.

A Companhia possui ativo atuarial reconhecido em seu balanço no montante de R\$ 1.385 mil, sendo que a realização do ativo atuarial ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

Obrigações com Benefício pós – emprego:

A Electro Aço Altona S.A implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 35 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Contudo, em 2011 por decisão do conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós – emprego, reduzindo a idade mínima, passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração.

d) Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual será utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão.

Os créditos utilizados, mensalmente, serão devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estende-se a 168 meses à partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500 mil. No exercício de 2008 foi efetuado um adendo no contrato inicial, referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859 mil, passando então para R\$ 15.359 mil o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

	31/12/11		31/12/12		31/12/13	
Circulante	2.878	84,1%	170	20,0%	412	36,4%
Não Circulante	544	15,9%	681	80,0%	720	63,6%
	3.422	100%	851	100%	1.132	100%
% do Passivo + PL		1,4%		0,3%		0,4%

Abaixo encontra-se o cronograma previsto de longo prazo:

	31/12/13
2014	412
2016	296
2017	424
TOTAL	1.132

A partir de Agosto de 2010, a Companhia esta cumprindo conforme determina o contrato do PRODEC, pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de quitação perfaz R\$ 6.137 mil.

e) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor esta sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063. Em garantia do REFIS foram arrolados e penhorados, os bens do ativo imobilizado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporadas ao parcelamento a razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também, no âmbito administrativo, a indevida inclusão de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição sociais não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que, para aqueles exercícios a Companhia não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.003 mil em 31 de dezembro de 2013.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2011		31/12/2012		31/12/2013	
Circulante	2.298	2,3%	2.279	2,2%	2.616	2,6%
Não Circulante	98.554	97,7%	99.443	97,8%	99.155	97,4%
	100.852	100%	101.722	100%	101.771	100%
% do Passivo + PL		42,4%		40,0%		38,8%

f) Crédito de IR/CS

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013
Lucro antes dos impostos	12.514	11.917	14.584
IR/CS a alíquota de 34%	(4.255)	(4.052)	(4.959)
(Exclusões)/adições			
Inovação tecnológica	235	177	173
Incentivos fiscais	235	141	170
Outras diferenças permanentes	235	(222)	272

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos diferidos não contabilizados no período	204	-	-
Total	(3.816)	(3.956)	(4.344)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita bruta de vendas é denominada em reais, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre elas, as montadoras de autopropulsores, geração de energia e mineração.

(ii) fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira e o resultado das operações foram influenciados por fatores como: o desenvolvimento macro-econômico brasileiro e crescimento globalizado de expansão dos mercados que os clientes atuam.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito a recuperação pós-crise.

O IGP-M fechou dezembro com alta de 0,60% (ante 0,29%, em novembro), no quarto trimestre de 2013 o índice teve variação 1,76% (ante 1,92% do terceiro trimestre de 2013). No ano de 2013 o índice apresentou uma variação de 5,51%, (ante 7,82% em 2012). (fonte: conjuntura econômica).

O Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) que é o índice oficial do governo para acompanhamento da inflação encerrou dezembro com alta de 0,92%, (ante 0,54% em novembro). No quarto trimestre de 2013 o índice teve variação 2,04% (ante 0,62% do terceiro trimestre de 2013). A inflação acumulada em 2013 foi de 5,91%, (ante 5,84% em 2012). A inflação continua sendo o foco de preocupação do governo e apesar todas as ações do governo para contê-la, o país passa por um momento de pressão inflacionária, a meta anual de inflação é 4,5%. O comitê de política monetária (Copom) do banco central, que se reúne para decidir sobre o nível da Selic, em novembro decidiu subir a taxa de 9,50% a.a. para 10,00% a.a. dando prosseguimento ao processo de ajuste da taxa básica de juros iniciada em abril de 2013 onde a taxa que era de 7,25% a.a. (fonte: IBGE e Banco Central).

A valorização da moeda americana no quarto trimestre de 2013 encerrou o período em R\$ 2,34, em alta de 5,05% em relação à cotação do fim do terceiro trimestre de 2013. Avaliando o desempenho do final do quarto trimestre de 2012 para com o quarto trimestre de 2013, o dólar teve uma valorização frente ao real de 14,64%. (fonte: Banco Central)

A Companhia é afetada pela inflação, variação cambial, e outros fatores adversos, sobre os quais não temos domínio nem controle de prever a intensidade. Os efeitos são medidos e administrados no repasse e/ou redução de custos. Temos ciência que a valorização do real é um facilitador para entrada de fundições concorrentes no Brasil e, para fazer frente a isso, a única maneira de superação é através da excelência operacional.

Efeitos dos principais fatores macroeconômicos que afetam os nossos resultados

Nos últimos anos, as taxas inflacionárias estão mais estáveis, vindo ao encontro, principalmente, a política monetária imposta pelo Governo Federal, incluindo mudanças periódicas nas taxas de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

além da relação real x dólar nos últimos três anos. O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos custos e despesas operacionais da Companhia é incorrida em reais e é reajustada pela inflação.

A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar o aumento dos custos para nossos clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e oscilações de preço. As elevações cambiais foram favoráveis em 2013. Levando em consideração que a Receita tenha sido menor comparada com 2012, as valorizações cambiais dólar/euro, representaram um incremento de aproximadamente 15,5% na receita líquida da Companhia ao encerrar o exercício de 2013.

Torna-se mais evidente que os negócios fora do Brasil estão cada vez mais presentes. A Companhia participa com 15,0% de toda a produção de aço fundido exportada pelo Brasil e monetariamente representa próximo a 19,0% de participação. (fonte: ABIFA Associação Brasileira de Fundição).

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

De certa forma os resultados são afetados pela inflação e pelos reajustes de preços das *commodities* que são na sua maioria, reguladas pelas Bolsas de Valores. O desempenho financeiro pode ser afetado, uma vez que, os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e são reajustados pela inflação, impactando na receita bruta de vendas e que, de modo geral, a contenção através de reestruturação de custos ou o não repasse para nossos clientes por meio de aumentos de preços irá interferir na lucratividade da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não há introdução ou alienação de segmento operacional.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticados pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são novamente preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Nas conciliações acima, foram considerados os CPC's deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores independentes.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 contêm parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios. A Companhia está adotando um conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção, estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração, sobre questões incertas e relevantes, para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, requer que efetemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando a fornecer um entendimento de como formamos os julgamentos e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as principais práticas contábeis críticas:

Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemedcost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo, ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Valor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituído provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Obrigações com Instituições Financeiras

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação, ajustando os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar. Adicionalmente os empréstimos não são objetos de *covenants ou hedges*

Plano de Participação nos Resultados

A companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado estão demonstradas na Demonstração Financeira – DF.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os Diretores da Companhia avaliam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são adequados e eficazes. Visando o crescimento e melhoria destes controles internos, a Companhia, adicionalmente, adota como ferramenta suporte *Qlikview* para controle de custos e geração de informações gerenciais. Programas de administração da manutenção e gestão de compras também estão no cotidiano da Administração.

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada diretamente a Diretoria, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras, orçamentária e gerencial.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Faz parte das tarefas da Auditoria monitorar e recomendar a possíveis divergência. A Administração da Companhia esta sempre atenta nas mudanças determinadas pela CVM e órgãos governamentais bem como as próprias mudanças que possam ocorrer na estrutura organizacional para não ter adversidades que comprometam o caixa ou ética dos gestores. Para adequar os controles contábeis ao nível internacional bem como atender as obrigações acessórias impostas pelo governo, a Administração adota através do comitê tributário ou assuntos contábeis um planejamento que deve ser seguido rigorosamente.

Ainda assim, a auditoria avalia os procedimentos e possivelmente recomenda a atenção no tocante as obrigações tributárias acessórias, recomendando a melhoria no preenchimento de algumas declarações fiscais. É de política da Companhia a melhoria continua, dessa forma, nos últimos exercícios, foram implementadas ferramentas que dão suporte aos controles internos, objetivando esta melhoria.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram realizadas ofertas públicas de ações,

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável.